

Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades

Rodrigo Patto Sá Motta

Introdução

Os grupos que deram sustentação ao golpe de 1964 compunham frente heterogênea, representando diferenças tanto de origem social (empresários, militares, classes médias, religiosos) quanto ideológica (conservadores, liberais, nacionalistas de direita). Dada essa heterogeneidade teria sido difícil reunir coalizão tão ampla em torno de programa afirmativo. Eles se uniram para lutar contra inimigo comum, para barrar processo de crescimento das esquerdas que parecia ameaçar o *status quo*, mas não tinham programa de governo coeso. Havia projetos diferentes entre os vencedores de 1964, o único ponto consensual era o propósito de expurgar as esquerdas, particularmente os comunistas, embora a definição sobre comunismo fosse elástica e imprecisa.

O tema das reformas de base (agrária, bancária, universitária etc.) polarizou o debate político entre 1961 e 1964, mas é equivocado ver nos golpistas coligação anti-reformista radical. Parte do grupo golpista era totalmente contrária às reformas sociais, notadamente a agrária, mas algumas lideranças do movimento de 1964 as aceitavam e defendiam, principalmente empresários modernos e elites influenciadas pelos EUA,¹ embora o tipo de reformas sociais que tinham em mente não coincidisse com os projetos das esquerdas. Em suas campanhas anteriores ao golpe, tais grupos defenderam reformas “cristãs e democráticas”, o que era, em parte, estratégia para esvaziar o discurso das esquerdas e do governo João Goulart, tomando posse de bandeiras de grande aceitação social. Porém, alguns dos vitoriosos de 1964 não encaravam as reformas como mero artifício retórico e sua disposição de levá-las à frente causou fissuras na coalizão golpista.

Primeiro presidente do ciclo militar, o general Castelo Branco patrocinou ensaio de reforma agrária com a edição do Estatuto da Terra e de

Emenda Constitucional que removiu o principal obstáculo à reforma: a exigência de indenizar as desapropriações em dinheiro. O propósito era tanto esvaziar a ação das esquerdas como modernizar a economia brasileira, mas provocou reação furiosa dos grupos conservadores, que acusaram Castelo Branco de trair o espírito da “revolução de 1964”. As pressões de tais setores levaram o governo a recuar e, embora a legislação reformista (Estatuto da Terra e Emenda Constitucional) tenha sido aprovada, ela pouco foi colocada em prática.²

O mesmo intento reformista, de feição autoritária e conservadora, influenciou as políticas do regime militar para as Universidades e, também nesse caso, não havia posturas consensuais entre os donos do poder. As reformas implantadas no ensino superior resultaram de disputas e negociações entre distintos segmentos da coalizão governista, e tiveram a particularidade de sofrer a pressão dos movimentos estudantis que, a partir de 1965, realizaram protestos e manifestações públicas contra a política universitária do regime militar, culminando nas grandes passeatas de 1968. Assim como no caso da política agrária projetada pelos militares, as reformas implantadas nas Universidades foram parcialmente inspiradas em idéias apresentadas no contexto pré-1964, algumas delas defendidas por intelectuais e políticos ligados a João Goulart. Nos dois casos (reformas agrária e universitária), as principais marcas distintivas das reformas implantadas na ditadura é que elas combinaram o viés modernizador a intentos autoritários e conservadores; o setor moderno da coalizão golpista desejava algumas reformas, mas sob a condição de despolitizar os debates e reprimir quaisquer tentativas de arregimentação social.

No que toca especificamente às universidades, a modernização conservadora significou, no eixo modernizante: racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação. Algumas dessas medidas vinham sendo defendidas desde o início dos anos de 1960, quando começou campanha pela reforma universitária liderada por estudantes e professores e, portanto, o regime militar se apropriou de projetos em gestação durante o governo Goulart.³ No entanto, a reforma dos militares não contemplou determinadas propostas em discussão no pré-64,

como o aumento da representação estudantil ou a reivindicação de Universidades mais voltadas aos interesses e demandas populares.

No seu eixo conservador, a política do regime militar para as Universidades implicou o combate e a censura às idéias de esquerda e tudo o mais considerado perigoso e desviante – e, naturalmente, reprimiu e afastou dos meios acadêmicos os seus defensores; o controle e a subjugação do movimento estudantil; a criação de agências de informação (as AESI) para vigiar a comunidade universitária; a censura à pesquisa, assim como à publicação e circulação de livros; e tentativas de disseminar valores tradicionais através de técnicas de propaganda (murais e panfletos), da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo (chamadas nas universidades de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB) e de iniciativas especiais como o Projeto Rondon.

Este texto aborda uma das facetas da dimensão repressiva do regime militar nas universidades, tema ainda pouco conhecido e estudado. O artigo é o primeiro resultado de pesquisas realizadas pelo autor sobre as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), que funcionaram nas Universidades brasileiras durante o regime militar⁴. O texto apresenta análises e reflexões iniciais sobre o tema, a serem amadurecidas em futuras publicações.

As pesquisas foram realizadas nos Arquivos Públicos dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro (acervos DOPS), no Centro de Documentação da Universidade de Brasília (UnB) e na Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).⁵ As duas últimas instituições custodiam os acervos mais significativos, pois os únicos arquivos de AESI universitária localizados na íntegra até agora são os da UFMG e da UNB. Nos arquivos dos Departamentos de Ordem Política e Social paulista e carioca foram encontrados dossiês e documentos provenientes de algumas AESI atuantes nos respectivos estados, mas são documentos esparsos, embora para o caso da Universidade de São Paulo o material seja mais volumoso, consistindo em algumas centenas de registros. Devido à prática de disseminação de documentos entre as agências da comunidade de informações, os Arquivos das AESI da UFMG e UnB contêm também documentos produzidos por outras AESIs universitárias, bem como volume considerável de material proveniente da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC), órgão

supervisor de todas as AESI universitárias e, por sua vez, subordinado ao Serviço Nacional de Informações.

O desaparecimento da documentação produzida por essas Assessorias – na verdade, em muitos casos houve destruição proposital – está longe de ser acontecimento fortuito. Aqui a expressão “queima de arquivo” assume seu pleno e literal significado. As Universidades ocupavam lugar fundamental no planejamento estratégico dos militares, por seu papel na formação das futuras elites e dos técnicos necessários à gestão da economia. Por isso o regime militar precisava obter a cooperação dos dirigentes universitários, e como as Universidades eram parte da estrutura do Estado havia meios de obter sua anuência. Quem não assentisse poderia ser punido diretamente (aposentadorias compulsórias, demissões) ou indiretamente (perda de verba, protelação no atendimento de demandas). Nas batalhas travadas em torno da construção da memória do regime militar um dos temas mais candentes é o da resistência, que gerou mitos e mistificações.⁶ Nas Universidades brasileiras houve resistência contra o autoritarismo, especialmente proveniente do movimento estudantil e sindical. Mas houve também cooperação com as políticas do Estado autoritário. Não existiu a figura do Reitor ou do Diretor crítico em relação ao regime militar, pois eles seriam afastados imediatamente. No máximo houve algum espaço para jogos ambíguos e sutis de negociação, em que alguns dirigentes universitários se empenharam em proteger certos membros da comunidade universitária, mas sempre protestando apoio ao Estado. Assim, se os documentos da maioria das AESI sumiram é porque são comprometedores.

Uma ressalva importante: devido ao perfil e escopo de ação das Assessorias de Segurança atuantes nas Universidades, as formas de repressão abordadas aqui referem-se a censura, controle ideológico e expurgo de pessoal. Naturalmente, os membros da comunidade universitária também sofreram repressão física, mas tais práticas ficaram a cargo da polícia e das Forças Armadas. Tratando-se de um contexto histórico marcado pela violência das prisões, tortura e morte abordar faceta menos aguda da repressão pode parecer trabalho deslocado e anódino.⁷ Ao contrário, penso que tal perspectiva nos ajuda a construir quadro explicativo mais amplo da experiência autoritária, ao deslocar o foco das situações de confronto e resistência aguda para o cotidiano da repressão sofrida nas instituições so-

ciais. Afinal, enquanto parte da juventude experimentava a violência nos quartéis e cárceres, outra parcela, majoritária, seguia levando a vida, ou ao menos tentava. E entender como o autoritarismo afetou o dia a dia desse segmento da comunidade universitária é tão importante quanto analisar os sucessos e insucessos dos que optaram pelo confronto aberto.

Do SNI às AESI

Uma das primeiras e mais significativas ações implementadas pelo regime militar foi a reorganização do serviço de inteligência federal. Até então o Estado contava com o pouco eficaz Sfici (Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, criado em 1956), cujo prestígio ficou abalado dada sua inoperância nos anos críticos do governo João Goulart. As circunstâncias da queda de Goulart não deixaram dúvida que o Presidente derrubado não dispunha de bons informantes, e isso foi um incentivo para os novos governantes criarem agência de informações mais eficaz.

A criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em meados de 1964, decorreu do interesse do regime militar em dispor de informações estratégicas úteis para as ações de governo, mas, também, da preocupação de precaver-se contra os inimigos recentemente derrotados, mas não aniquilados, particularmente a esquerda. Importa ressaltar que na concepção original o SNI deveria funcionar como agência de inteligência, e não como serviço de repressão ou segurança. A parte mais “contudente” da salvaguarda da segurança nacional deveria caber a outras instituições, ou seja, o trabalho de repressão aos inimigos do Estado caberia às polícias estaduais (DOPS) e à Polícia Federal, aos quais se uniriam mais tarde os DOI-CODI e os serviços de informação ligados às Forças Armadas, quando as ações militares contra os grupos de esquerda tornaram-se mais virulentas.⁸

Em 1967 foi reestruturado o aparato de informações do governo federal, com a criação de Divisões de Segurança e Informações (DSI) nos ministérios civis. As DSI foram criadas a partir de estruturas previamente existentes, as seções do Conselho de Segurança Nacional organizadas nos ministérios.⁹ Formalmente, o papel das DSI era assessorar os titulares dos ministérios no processo de tomada de decisões e em questões de segurança. Considerando o crescimento da influência do aparato de informações é fácil imaginar situações em que Ministros de Estado não conseguiam

controlar a DSI sob seu comando formal. Os chefes das DSI normalmente eram coronéis do Exército, o que lhes assegurava fonte de poder adicional, dado o processo de militarização do Estado então em curso.

Após a aprovação do Plano Nacional de Informações e do estabelecimento de um Sistema Nacional de Informações (Sisni), em 1970,¹⁰ os serviços especializados sofreram nova reformulação e ampliação. As agências instaladas nos órgãos da administração civil deveriam compor os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis, uma subdivisão do Sisni, que era encabeçado pelo SNI. A partir daí foi estimulada a criação de subdivisões das DSI, a serem estabelecidas em instituições subordinadas ao controle dos Ministérios, normalmente empresas públicas, autarquias ou fundações. Essas agências foram denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI).¹¹

No âmbito das Universidades, as AESI foram criadas a partir de janeiro de 1971, após o Ministério da Educação e Cultura ter aprovado seu Plano Setorial de Informações.¹² Poucos dias após a aprovação do Plano a DSI do MEC mandou ofício circular às Universidades acompanhado da documentação relativa à criação das AESI, em que recomendava nomeação do chefe responsável em prazo de 10 dias. No caso da UnB, a Assessoria de Segurança (inicialmente Assessoria de Assuntos Especiais, anos depois renomeada ASI) foi criada a 19/2/1971, por meio de portaria do Reitor. Na Universidade Federal da Paraíba a criação da AESI se deu em março de 1971, enquanto na Universidade de São Paulo (USP) a AESI local foi formada apenas em outubro de 1972.¹³

Na UFMG a documentação indica que houve alguma indefinição no momento de criar a AESI. De início, a Reitoria nomeou um professor para o cargo (16/3/1971), porém, poucos meses depois (junho de 1971) foi indicado o Procurador Jurídico da Universidade como responsável, sob a alegação de que o primeiro desistira para realizar pós-graduação no exterior. No início de 1973 foi nomeado um técnico da área jurídica da UFMG para chefiar a AESI, pois o Procurador não poderia mais acumular os dois cargos. Este funcionário, cuja nomeação a DSI levou quatro meses para liberar (1/4/1973), permaneceria à frente do órgão até sua extinção.

No organograma do Sistema de Informações do Ministério da Educação figuravam ainda Assessorias Regionais de Segurança e Informações,

com a sigla ARSI. De acordo com seu regimento interno o papel principal das Assessorias Regionais seria coordenar as atividades das AESI em sua respectiva região, servindo de elo entre essas e a DSI-MEC.¹⁴ Existiam cinco ARSI e sua divisão correspondia, aproximadamente, às regiões brasileiras: ARSI/NE, ARSI/DF/MG/GO, ARSI/GB, ARSI/SP E ARSI/RS. Mas a documentação disponível sugere que as ARSI podem não ter desempenhado tão bem o papel de intermediário entre as AESI e a DSI/MEC, pois as agências de informações instaladas nas Universidades comunicavam-se diretamente com Brasília.

Assim, entre 1971 e 1972 as Universidades públicas – e não somente as federais, haja vista o caso da USP¹⁵ – criaram suas AESI, e com isso o sistema de informações do regime militar passou a contar com subsidiárias no interior dos *campi* universitários. A criação desses órgãos deve ser compreendida no contexto de escalada repressiva a partir de 1968 e da edição do AI-5, processo intensificado com o aumento das ações da esquerda armada.¹⁶ O sistema de informações identificava na comunidade universitária, e com razão, um dos focos mais importantes de luta contra o regime militar. Parcela expressiva dos militantes das organizações revolucionárias clandestinas era recrutada nas universidades, bem como atuava nos meios acadêmicos a maioria dos intelectuais responsáveis por municiar de argumentos os críticos do regime militar, bem entendido os que já não haviam sido calados.

Dada a situação política, deve ser encarado com ceticismo o documento que estabelece as funções das AESI universitárias. As Assessorias são apresentadas como órgãos subordinados aos Reitores e encarregados de assessorá-los em assuntos relativos à Segurança Nacional e Informações no âmbito da Universidade. No entanto, muitas vezes as Assessorias serviram de canal para o exercício de pressão e controle sobre as Reitorias, ações provenientes da cúpula do Estado e dos serviços de informação. Segundo o documento, era papel da AESI: a) Produzir informações necessárias às decisões dos Reitores; b) Produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações; c) Encaminhar à DSI informações por ela requisitadas.¹⁷ A preocupação efetiva do regime militar era com os itens b e c, ou seja, importava menos o assessoramento aos Reitores e mais o fornecimento de informações para alimentar o sistema de segurança e repressão.

As AESI universitárias atuaram, principalmente: na filtragem das contratações de pessoal, barrando a entrada de docentes considerados de esquerda; no controle de manifestações e ações políticas planejadas pelas lideranças estudantis, desde passeatas a shows e solenidades de formatura; na aplicação mais intensa das punições previstas na legislação autoritária, como o Decreto nº 477;¹⁸ no controle da circulação internacional dos docentes; e na disseminação de material de propaganda produzido pelo governo. As ações desses agentes, que vigiavam com a mesma intensidade subversivos políticos e indivíduos moralmente “desviantes” (usuários de drogas, adeptos de práticas sexuais não convencionais), revelam a influência exercida por valores da cultura conservadora sobre os integrantes das comunidades de informação e segurança.¹⁹

Outras agências de informação e segurança atuaram nos *campi* no decorrer do período autoritário, como a Polícia Federal, os DOPS, as Seções de Inteligência das PMs e os órgãos de informação das Forças Armadas, algumas vezes cooperando e outras concorrendo entre si. A peculiaridade das AESI é o fato de terem sido instaladas nas dependências das Universidades, ligadas às Reitorias e com missão exclusiva de monitorar a vida acadêmica. O estudo de sua estrutura e funcionamento ilumina faceta importante, e praticamente desconhecida até agora, da dinâmica do autoritarismo no Brasil.

Estrutura e Funcionamento das AESI

O processo de militarização do Estado ocorrido no Brasil afetou de maneira particular os serviços de informação. A chamada comunidade de informações,²⁰ expressão criada para designar o conjunto de pessoas e órgãos ligados à atividade – por si só reveladora da extensão do fenômeno de crescimento de tais instituições –, era hegemônica por oficiais das Forças Armadas. Muitas das pessoas que atuavam em tais órgãos eram civis, mas, sem dúvida, os principais chefes e formuladores das normas de funcionamento eram oficiais militares, e eles davam o tom na “comunidade”.

Na Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação (cuja primeira sigla foi DSIEC, depois mudada para DSI/MEC), o comando exercido pelos militares foi nítido. Pelas informações recolhidas

até o momento é possível fazer uma relação provisória dos chefes da DSI/MEC: general Waldemar Turola, brigadeiro Armando Troia, coronel Pedro Vercillo, Coronel Osny Vasconcelos, Coronel Armando R. Menezes, sem considerar os oficiais que assumiram a função interinamente. No início dos anos 1980 aparece um diretor da DSI que talvez fosse civil, Dr. Carlos Tatit, mas não há como ter certeza porque algumas vezes os oficiais omitiam a patente nas correspondências oficiais. De qualquer modo, Tatit foi sucedido por um coronel (José Olavo de Castro). Se a DSI/MEC era inteiramente controlada por militares o mesmo não se pode dizer das AESI criadas nas Universidades. Ali, o mais freqüente era a nomeação de civis para a função, às vezes já pertencentes aos quadros da própria instituição, geralmente bacharéis em direito ou professores.

Nos arquivos da AESI/UnB há um documento da DSI/MEC contendo a lista dos chefes de todas as AESI universitárias ativas em junho de 1973. Havia 43 AESI em funcionamento na área do MEC (33 universitárias e as outras ligadas a órgãos e departamentos do MEC), e mais as 5 ARSI. Os registros dos chefes não revelam a presença de oficiais militares, e em alguns casos foi possível identificar que eram professores ou funcionários. Segundo relatos orais, alguns chefes de AESI eram de fato militares, mas esses indícios demandam mais pesquisas.²¹

Quanto à estrutura das Assessorias, normas emanadas do Plano Setorial de Informações do MEC previam organização padronizada. As AESI deveriam ter um chefe, responsável por coordenar as atividades da Assessoria e representá-la frente ao MEC e à Reitoria, e mais uma seção de informações e uma sessão administrativa. Esse quadro ideal nem sempre funcionou plenamente: na UnB a Assessoria contou a maior parte do tempo com duas pessoas, o Chefe e mais um auxiliar administrativo, sendo que poderia ter quatro funcionários, enquanto na UFMG a Reitoria nomeou apenas uma pessoa para trabalhar no órgão. No caso da USP não se sabe o número certo, mas dado o perfil de atividades revelado pela documentação ali deve ter havido vários funcionários lotados, parte deles operando como agentes de informação e outros cuidando das atividades burocráticas. As AESI funcionavam em salas na própria Reitoria das respectivas Universidades, mas há relatos sobre casos em que se chegou a construir instalações próprias.²²

Segundo os parâmetros do Sistema de Informações era de se esperar que os agentes das AESI recebessem a devida formação técnica, bem como atuassem de acordo com as normas e padrões vigentes. Por isso a DSI/MEC distribuía com freqüência formulários e instruções de procedimento com recomendações para o cumprimento correto das normas. Às vezes produzia-se material de maior volume, como manuais de informação, de contra-informação e sobre a gestão de documentos sigilosos. Algumas vezes a DSI cobrava mais aplicação aos órgãos subordinados, e distribuía elogios a algumas AESI como estratégia para estimular as outras a trabalhar melhor. Em 30/5/72, por exemplo, o diretor da DSI/MEC enviou circular em que elogia as AESI da UnB, UFPA, UFRPE, UFAL, UFBA, UFSE e UFPB, dando a entender que vinham atuando com mais eficiência que as outras.²³

Em outra ocasião, a DSI enviou relatório detalhado, cobrando mais empenho dos chefes das AESI e apontando as falhas que vinham sendo cometidas no cumprimento do serviço.²⁴ A principal crítica relacionava-se à elaboração dos relatórios periódicos de IN (Informação Nacional) previstos no Plano Setorial de Informações do MEC. Algumas AESI não estavam produzindo os relatórios na periodicidade exigida e tampouco processavam adequadamente os informes, dificultando o trabalho de inteligência. Outra reclamação era contra o envio de material inútil às necessidades do serviço, provocando acúmulo de trabalho numa Divisão que já se considerava sobrecarregada em vista do grande número de Universidades existentes no país.

Uma maneira de treinar os funcionários do sistema era submetê-los aos cursos de informações da EsNI (Escola Nacional de Informações), criada pelo SNI em 1971 em Brasília. Com instalações modernas e infra-estrutura privilegiada, a EsNI tinha o papel de formar os quadros necessários ao bom funcionamento da “comunidade”, que crescia a ritmo vertiginoso no início dos anos 1970. Se a infra-estrutura era de primeira ordem, talvez o quadro funcional não tenha recebido o mesmo investimento, a julgar por um ofício do diretor da Escola (gal. Ênio Pinheiro, 8/2/1973) ao Reitor da UnB, em que pede à Universidade a cessão de professores, pois o quadro docente da EsNI ainda estava em formação. A Escola Nacional de Informações oferecia três cursos regulares de informações, chamados A, B e C.²⁵

Os chefes das AESI eram incentivados a se matricularem, a exemplo dos funcionários da AESI/UnB, que fizeram cursos na EsNI.²⁶

Treinava-se os quadros da AESI na expectativa que tivessem atuação competente como agentes de informação. Eles deveriam suprir o Sistema Nacional de Informações (Sisni) de informes e informações²⁷ relacionadas à sua área de atuação. O mais elementar nesse terreno era a coleta de informes, por solicitação superior ou iniciativa própria, e o atendimento aos inúmeros pedidos de busca (PB) e pedidos de informação (PI) recebidos das instâncias superiores. A documentação disponível fornece alguns exemplos.

As AESI das Universidades Federal do Ceará e de Alagoas, bem como a ARSI/NE foram ativas na vigilância ao movimento estudantil, a julgar por documentos encontrados na AESI/UFMG. Em 1973 e 1974 o DCE/UFMG empreendeu algumas atividades inconvenientes para a comunidade de informações, que pressionou a Reitoria da UFMG a controlar os líderes estudantis. Algumas cartas de protesto do DCE mineiro contra a prisão de companheiros foram enviadas para outros estados, e as AESI de algumas universidades nordestinas interceptaram a correspondência, reenviando-a a agência congênere da UFMG (AESI), como alerta para as atividades realizadas em Minas.²⁸

Na UnB encontram-se também exemplos de vigilância sobre o movimento estudantil, só que mais intensa. Nos arquivos AESI da Universidade de Brasília há vários relatórios sobre manifestações, reuniões e assembléias estudantis, em que são identificados os alunos participantes bem como reproduzido o teor de sua fala. Alguns desses relatórios são acompanhados de fotografias tiradas no momento das assembléias, com os líderes devidamente assinalados.²⁹ Esse trabalho deve ter sido útil para a administração da Universidade identificar as lideranças estudantis, que em alguns momentos foram punidas com a exclusão do quadro discente.³⁰ Um evento serve de confirmação para a intensidade da ação dos órgãos de informação no interior da UnB. Em junho de 1978 foi descoberto um microfone oculto no forro do prédio do Diretório Estudantil da UnB, caso que repercutiu na imprensa e no Congresso Nacional e levou a Reitoria a montar uma comissão de inquérito. Como seria de se esperar, nada foi apurado sobre os responsáveis pelo aparelho de escuta.³¹

A Assessoria da USP produziu vários relatórios sobre a comunidade universitária, evidência da diligente atividade de informações empreen-

dida por aquela agência. Em novembro de 1972, por exemplo, a AESI/USP preparou volumoso documento de análise do movimento estudantil na Universidade, revelando que seu pessoal fazia trabalho de investigação próximo aos militantes estudantis, provavelmente usando técnicas de infiltração.³² Os agentes de informação em ação na USP também estavam atentos para o movimento docente, que começou a se organizar no fim dos anos de 1970. Em 1979 a AESI monitorou as atividades do Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários realizado na USP, e difundiu informações sobre o evento para vários órgãos da “comunidade”.

O trabalho de coletar informes e produzir informações foi importante e significativo, mas não a ocupação principal de tais agências. Na maior parte do tempo as AESI funcionaram como correia de transmissão entre a DSI/MEC – bem como outros órgãos de informação e/ou segurança – e as Reitorias e as comunidades universitárias. No que toca à direção das Universidades, as AESI atuaram como canal difusor de solicitações, requisições, pressões e críticas oriundas dos órgãos de segurança. Quanto à comunidade universitária, as AESI ecoaram censura e controle provenientes dos escalões superiores, fazendo chegar ordens para proibir eventos, vigiar publicações, censurar (sutilmente às vezes) a circulação de livros, chegando a ponto de vigiar até cerimônias de colação de grau. Em seu papel de posto avançado do sistema de vigilância e repressão, as AESI atuaram também na filtragem de pessoal a ser contratado ou escolhido para cargos de direção, bem como no acompanhamento da situação dos estudantes expurgados por meio da legislação de exceção. Além disso, as AESI eram canais adequados para fazer chegar às Universidades o trabalho de contrapropaganda ou contra-informação. Nas seções seguintes serão analisadas com mais detalhe essas diferentes facetas de atuação das Agências.

Contrapropaganda e contra-informação

A Divisão de Segurança e Informações do MEC conferia grande importância às atividades de contra-informação. Significativamente, um dos manuais produzidos pela DSI/MEC tratava de assuntos atinentes a essa área. Como todo material de instrução produzido pelos órgãos de informação, o Manual de Introdução à Contra-Informação destinava-se à for-

mação dos quadros atuantes na Comunidade, e por isso foi distribuído a todas as AESI universitárias. No Manual, encontra-se a definição de conceitos básicos como informação e contra-informação, e a descrição das operações típicas dessa área como contra-espionagem, contra-sabotagem, contra-subversão, contra-terrorismo e contrapropaganda. A ênfase atribuída à contra-informação nas Universidades devia-se à percepção de serem terreno fundamental na batalha ideológica contra a esquerda.

Há vários exemplos de iniciativas inspiradas nas estratégias de contra-informação, mais precisamente, de contrapropaganda. O procedimento tinha início com a DSI enviando às AESI o material a ser divulgado. A DSI/MEC tinha uma seção especializada em contra-informação, responsável por montar as ações nesse terreno. A agência elaborou texto padrão para acompanhar o material de contra-informação, em que chamava a atenção dos agentes das AESI para os cuidados necessários à eficácia das operações. Os textos deveriam ser afixados em locais visíveis, para atrair a atenção dos estudantes, mas recomendava-se cuidado no momento de distribuir o material, para não atrapalhar a operação: “Alertamos para que essa divulgação seja realizada dentro do mais alto grau de sigilo em relação à fonte, observando-se que sua identificação redundará na anulação dos efeitos positivos que a operação deverá trazer.”³³

O material, em grande parte, consiste em textos contendo análises e opiniões favoráveis ao Estado, às vezes artigos publicados originalmente na grande imprensa. Exemplos: artigo do coronel Rubens Resstel analisando a infiltração comunista nas escolas e universidades; texto do Deputado da Arena Clóvis Stenzel sobre o comportamento rebelde da juventude contemporânea, que ele entende favorecer o movimento comunista; discurso de posse do vice-reitor da UFRJ, que enaltece as políticas governamentais, entre outros de teor semelhante.

Mas algumas vezes a DSI/MEC engajou-se em operações de contra-informação mais elaboradas do que a simples divulgação de textos copiados dos jornais ou produzidos por intelectuais simpáticos ao regime militar. Em pelo menos dois casos os oficiais de contra-informação inventaram supostas organizações políticas e produziram material de propaganda. A preocupação era atingir tanto os estudantes receptivos à influência da esquerda armada quanto os que orbitavam em torno das entidades

estudantis. Exatamente por isso, num caso a entidade fictícia era um Centro Acadêmico e, no outro, um pretenso grupo revolucionário. Em uma das operações, cópias do panfleto foram enviadas às AESI, advertindo tratar-se de atividade de contra-informação da DSI/MEC, com a recomendação para não abortar a ação. Numa prova de que as AESI censuravam correspondência remetida às organizações estudantis, a DSI/MEC advertia que o material não deveria ser interceptado.

O texto teria sido produzido por um tal CACA, Centro Acadêmico Castro Alves. Talvez a sigla tenha se inspirado numa das mais tradicionais organizações estudantis do país, o CACO, Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade Nacional de Direito, depois Faculdade de Direito da UFRJ, e com isso se pretendesse facilitar a assimilação da sigla, associando-a a nome conhecido. O texto criticava a ação dos grupos estudantis radicais, acusados de desordeiros e afastados dos reais interesses dos estudantes, e advertia para os riscos implicados nas ações subversivas contra o Estado. Não obstante atacassem a esquerda, os redatores da DSI/MEC tiveram o cuidado de não elogiar o regime militar, para não deixar óbvia a origem do “CACA”. Para tornar a burla mais convincente, o texto chega até a fazer uma crítica velada ao Estado ao chamar o decreto 477 de “famigerado”.³⁴

A outra operação de contra-informações envolvia o fictício Marina, Movimento de Ação Revolucionária e Integração Nacional, e desta feita o discurso era dirigido aos membros da comunidade universitária sensíveis ao apelo dos grupos revolucionários armados.³⁵ A organização, supostamente, seria composta por ex-guerrilheiros arrependidos, que procuram alertar os colegas para o erro da luta armada. De novo, os especialistas em contra-informação da DSI/MEC se esforçaram para parecerem convincentes; por exemplo, evitaram o uso de argumentos anticomunistas tradicionais e fizeram algumas críticas à ditadura. Mas é matéria para dúvida se essas operações conseguiram enganar alguém.

Apenas com os dados disponíveis não há como analisar a receptividade encontrada por tais ações de contra-informação nos *campi*. No caso da AESI/UFMG, sequer há como ter certeza se esses textos de contra-informação e contrapropaganda foram efetivamente divulgados.³⁶ De qualquer forma, trata-se de material interessante para conhecer as estratégias de ação da Comunidade de Informações voltadas para as Universidades.

Controle, vigilância e triagem de pessoal

O controle exercido por meio das AESI universitárias ocorreu tanto nos casos previsíveis (atividades de natureza associativa e política no interior dos *campi*) como afetou atividades ligadas à natureza da vida universitária: pesquisas, eventos científicos e cerimônias acadêmicas.

Existem exemplos os mais diversos: proibição do Coral da UFMG (Ars Nova) de participar em festival de corais no Chile, então sob governo socialista; cancelamento de Seminários de natureza acadêmica, devido à presença entre os conferencistas de intelectuais opositores (Antonio Houaiss, Edgar da Mata Machado), ou possuidores de ficha “suja” junto aos órgãos de informação;³⁷ proibição de eventos organizados pelas entidades estudantis, como a Semana da Independência preparada pelo DCE/UFMG em setembro de 1972.

A interferência nas cerimônias de colação de grau constitui situação peculiar. Embora possa parecer estranha e ridícula tal intervenção, na verdade essas cerimônias podiam ser transformadas em eventos de natureza política. Não é por outro motivo que tantas turmas de formandos escolheram como paraninfos intelectuais opositores, ou professores punidos pelo Regime Militar. Num momento de censura aguda, a intenção dos estudantes era mesmo usar a cerimônia – evento acadêmico aparentemente anódino do ponto de vista político – como tribuna de protesto contra a ditadura. Mesmo antes da criação das AESI os militares estavam de olho nas formaturas, e conseguiram impedir a participação de paraninfos “inconvenientes”.

Em outubro de 1964, por exemplo, o comandante da maior Unidade do Exército em Belo Horizonte conseguiu impedir que os formandos em jornalismo tivessem como paraninfo o escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, considerado inimigo do Exército devido às crônicas que vinha publicando no jornal carioca *Correio da Manhã*. Na mesma UFMG ocorreram outros casos, como em 1971, quando houve um exercício de conciliação entre Reitoria e Comando do Exército para permitir cerimônia com presença de paraninfos punidos pelo AI-5: o professor e ex-reitor Aluísio Pimenta e o parasitologista Amílcar Vianna Martins. Eles participaram da colação, mas o professor Vianna Martins fez um discurso mor-

no, sem qualquer teor político, e o professor Pimenta não se manifestou.³⁸ Tentava-se evitar que a interferência nas cerimônias fosse ostensiva, certamente para impedir críticas, mas o ministro Jarbas Passarinho cogitou de estabelecer política mais clara. Em 2/6/1972 ele enviou ofício aos reitores para sondar se as Universidades concordariam em restringir a escolha dos paraninfos, argumentando: “A conjuntura política brasileira, caracterizada por um regime neocapitalista que não legitima a existência de partidos comunistas torna inaceitável a festa, sobretudo nas escolas mantidas pela União, em homenagem aos inimigos declarados do regime.”³⁹

Não se sabe o resultado dessas sondagens, mas em outros casos a preocupação da Comunidade de informações do MEC em controlar eventos realizados nas Universidades levou ao estabelecimento de normas para facilitar a vigilância. Em agosto de 1973, o ministro Jarbas Passarinho assinou Aviso Reservado estabelecendo que as Universidades ficavam obrigadas a comunicar previamente à DSI/MEC (60 dias de antecedência) sobre qualquer iniciativa de organizar eventos. Os objetivos e programa do evento em preparação deveriam constar nos pedidos de autorização, para que os agentes de informação averiguassem a existência de risco à segurança. É importante ressaltar a natureza reservada do aviso em questão: as Universidades foram notificadas sobre seu teor, mas o documento não foi publicado.

Houve mais casos de determinação secreta no âmbito do MEC, como o procedimento para autorizar pedidos de afastamento do país. Os pedidos deveriam ser encaminhados com 60 dias de antecedência à DSI/MEC, com os formulários devidamente preenchidos.⁴⁰ Segundo o ministro Jarbas Passarinho por “tratar-se de matéria de caráter reservado, não se procedeu à publicação do texto dessas emendas, cuja vigência se inicia na data do recebimento deste Aviso”. O caráter sigiloso dessas medidas deve ser creditado às preocupações do regime militar em mitigar seu caráter autoritário, especialmente em terreno caro à sensibilidade liberal como as Universidades. A divulgação de tais ações poderia causar repercussão negativa e atrair má publicidade e críticas.

Além de encaminhar a triagem ideológica dos docentes candidatos a bolsas no exterior, as AESI se ocupavam de outra tarefa semelhante, porém, ainda mais danosa para a vida dos atingidos. Elas atuavam no momento de contratação de pessoal, principalmente para o corpo docente,⁴¹

intermediando o processo de filtragem ideológica dos candidatos. Em setembro de 1971, cerca de seis meses após a criação das Assessorias, a DSI/MEC mandou ofício aos reitores informando que professores esquerdistas estavam retornando aos quadros das Universidades, e isso não poderia ser tolerado. Os órgãos de segurança deveriam ser consultados previamente sobre cada contratação, e para isso as Universidades deveriam preencher a ficha modelo 12 preparada pelo SNI, contendo os dados pessoais dos candidatos.⁴² A prática consistia em fazer circular esses documentos entre os órgãos integrantes da comunidade de informações. Quando localizavam registros das pessoas em seus arquivos, os órgãos de segurança mandavam cópia para a instituição interessada na contratação, e aí cabia aos reitores (às vezes aos Diretores de Unidades acadêmicas) tomar a decisão.

Encontrei evidência documental de demissões realizadas na USP por interferência dos órgãos de informação, e num dos casos o pessoal da AESI se jactou de ser responsável pela decisão. Na verdade, a documentação não fala em demissão, mas em proibir a renovação do contrato dos docentes suspeitos, o que dá no mesmo. Entre o final de 1974 e o começo de 1975, o diretor da Escola de Comunicação e Artes da USP “não renovou” os contratos dos professores Paulo Emílio Sales Gomes, Jair Borin e José Marques de Mello, seguindo recomendação dos órgãos de segurança. As demissões geraram grave crise na Escola seguida por eclosão de protestos estudantis que causaram preocupação na área de segurança. No mesmo ano de 1974, aparentemente em resposta a Pedido de Informação de algum órgão da “comunidade”, a AESI/USP elaborou relatório sobre a situação funcional de dois professores julgados no processo do “Grupo dos Arquitetos”, Sergio Ferro Pereira e Rodrigo Brotero Lefevre. A Assessoria da USP informou que o primeiro se encontrava no exterior e não estava mais ligado a Universidade, mas o segundo ainda estava sob contrato, e conclui: “Esta AESI já tomou providências visando evitar seja renovado o atual contrato, que findará a 31/12/1974.”⁴³

A importância desses documentos merece ser destacada, pois eles comprovam antigas suspeitas de que os órgãos de informação, notadamente as AESI, foram responsáveis por demissões e vetos à contratação de docentes considerados esquerdistas. O fato de serem poucos os casos documentalmente comprovados não significa que o número de demissões foi restrito,

haja vista a prática de destruição de documentos anteriormente mencionada, que deve ser sido sobretudo sistemática em tais situações.

Entretanto, também há evidências que os reitores tinham como evitar algumas determinações das autoridades de segurança, pois em certos casos eles resistiram às pressões para demitir. Vejamos dois exemplos. Em março de 1969, o Reitor Caio Benjamin Dias da UnB recebeu carta dura do general Turola, diretor da DSI/MEC, que além de reclamar por não ter sido ouvido faz prognóstico pessimista: “Deus queira que o prof. Agostini não venha a lhe causar outros aborrecimentos, já que V. Magnificência não o demitiu, como esperávamos, são os votos que lhe desejamos”.⁴⁴

No segundo caso, ocorrido na UFMG, a Reitoria recebeu o seguinte documento da DSI/MEC, e é de se notar que a demissão era justificada em nome da democracia: “Em defesa de nossos princípios democráticos, recomendamos a Vossa Magnificência, em nome de Sua Excelência, o Sr. Ministro da Educação e Cultura, sejam tomadas imediatas providências no sentido de dispensar Valmir José de Resende dessa Universidade.”⁴⁵ O professor em questão era suspeito de pertencer à célula do grupo Ação Popular Marxista-Leninista que os órgãos de segurança alegavam ter descoberto na UFMG. Em sua resposta, o reitor Marcelo Coelho afirmou que o professor havia sido absolvido no processo sumário aberto pelas autoridades competentes, e não via motivo para demitir. Ao final, em tom ao mesmo tempo cândido e malicioso, ele questiona: “Na falta de qualquer outro dado, esta Reitoria vem manifestar a Vossa Excelência, respeitosa-mente, o seu maior interesse em conhecer os motivos que contra-indicam a permanência do aludido professor no serviço público.”⁴⁶

Os documentos revelam que os reitores – alguns ao menos – possuíam certa margem de manobra para resistir às pressões provenientes dos órgãos de segurança. Mas, evidentemente, isso não significa que todos os reitores tenham resistido, e nem que os que resistiram o fizeram sempre, pois em outras ocasiões aceitaram recomendações da DSI e de outras agências de informação.

Controle da produção científica

A vigilância exercida pela Comunidade de Informações sobre os meios acadêmicos mirava também uma das atividades-fim das Universidades, a

pesquisa. Em várias ocasiões o pessoal das AESI foi mobilizado para obter dados sobre pesquisas em andamento. Previsivelmente, eles tinham mais interesse por temas relacionados à segurança nacional, tanto numa vertente de defesa externa quanto interna. No que toca a assuntos ligados a defesa externa, toda a ênfase recaía sobre a temática nuclear e energética: pesquisas, equipamentos, reservas minerais. Os cientistas brasileiros ligados à área eram constantemente vigiados, inclusive porque alguns dos mais proeminentes entre eles eram considerados esquerdistas e haviam sido punidos pelo regime militar.⁴⁷ Em outros casos, a intenção era aproveitar o conhecimento produzido nas Universidades em proveito dos interesses estratégicos do Estado.⁴⁸

Porém, a “comunidade” dedicou mais esforços ao monitoramento de pesquisas e pesquisadores que aos seus olhos representavam ameaça à segurança interna do país. E, num dos muitos paradoxos da ditadura brasileira, à medida que a faceta modernizadora do regime militar se afirmava tanto maiores se tornavam as preocupações dos agentes de segurança. A partir do governo de Emílio Médici, mais notadamente no decorrer da gestão de Ernesto Geisel a dimensão modernizadora do regime militar impactaria as universidades e instituições de pesquisa. As verbas públicas destinadas ao ensino superior foram expandidas, assim como os investimentos em instituições de pesquisa como Finep, CNPq e Fapesp.

Curiosamente, ao mesmo tempo em que os aparatos repressivos continuavam atuando com rigor e violência, a “distensão” política praticada pelo governo Geisel abarcava também os meios intelectuais. Alguns pesquisadores com passado esquerdista começaram a ser contemplados com verbas ou cooptados para cargos de assessoria em órgãos de pesquisa, provocando a ira dos setores de direita radical enquistados no Estado, especialmente nos órgãos de informação e segurança. A “comunidade”, forte reduto da direita militar, resistiu e atrapalhou como pôde o projeto político de Geisel, a quem via como traidor dos ideais da “Revolução”. Para tais setores Geisel estava se rendendo à influência da esquerda, notadamente no terreno da política externa.⁴⁹ Os choques entre o grupo de Geisel e a extrema-direita militar, que implicaram desde articulações sucessórias até tentativas de rebeldia dos órgãos de segurança – como no caso das mortes sob tortura de Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho –, acabaram por envolver também os meios acadêmicos.

Em São Paulo, Geisel tinha no governador Paulo Egydio Martins grande aliado e peça-chave de seu esquema político. Por essa razão a extrema-direita desconfiava do governador paulista e de alguns de seus assessores. Nesse contexto, a equipe da AESI/USP manifestou desagrado com a atuação da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), acusada de financiar pesquisadores e projetos com perfil esquerdista. Um documento produzido pela AESI/USP afirma que o governo paulista deixara a esquerda infiltrar-se na Fapesp e, com isso, verbas estariam sendo destinadas a inimigos do regime.⁵⁰ Entre as “provas” apresentadas para sustentar a acusação encontravam-se denúncias sobre contratação de pesquisadores uruguaiois comunistas⁵¹ e o financiamento da viagem e estadia do professor Alan Touraine, que ministrou curso na USP em meados de 1975.⁵² Nos relatórios da AESI/USP o diretor científico da Fapesp Oscar Sala é explicitamente responsabilizado por fomentar a denunciada infiltração comunista nos meios acadêmicos paulistas. Significativamente, Sala pertencia ao quadro de cientistas dedicados à Física, e esse detalhe deve ter contribuído para atrair ainda mais a atenção da “comunidade”.

Mas o pessoal das AESI também interferiu em temas que ameaçavam menos a ordem política e mais a imagem do Brasil construída por suas elites, embora fazendo uso do indefectível argumento de ameaça à Segurança Nacional. Na segunda metade da década de 1970, a AESI/USP se interessou por pesquisas sobre a temática racial realizadas por cientistas sociais ligados à Universidade de São Paulo. Pelo menos em duas ocasiões o aparato de informações tentou criar obstáculos para pesquisas consideradas inconvenientes, ambas em 1977.

No primeiro caso, a AESI/USP interferiu para cortar verbas de um professor da FFLCH/USP cujas pesquisas eram consideradas suspeitas por questionarem a idéia de democracia racial no Brasil. O professor desejava obter apoio financeiro para organizar uma série de eventos sobre o problema do negro no Brasil, que envolveriam palestras, exposição de obras de arte e mostra de filmes. Como não conseguira apoio do diretor de sua Faculdade esperava-se que fosse buscar financiamento na Fapesp. A AESI contava com um aliado no corpo docente da FFLCH/USP, que deu informações sobre os projetos de seu rival e sugeriu estratégias de ação para bloquear seu trabalho.⁵³

Além desse caso, houve outro envolvendo um aluno estrangeiro (natural de Goa, Índia), estudante de mestrado em sociologia na USP. Seu projeto de pesquisa, de título “O Negro Brasileiro”, chamou a atenção das autoridades devido a uma matéria jornalística que alcançou repercussão nacional. O Conselho de Segurança Nacional, através do Ministro da Justiça, solicitou ao governador de São Paulo a suspensão da pesquisa, “por tratar de assunto polêmico, suscetível de criar tensões sociais indesejáveis e realmente inexistentes até então”.⁵⁴ A pressão exercida pelos escalões superiores nesse caso chegou à USP por meio da AESI, que poucos dias depois informou aos órgãos competentes que orientador e aluno resolveram mudar o título da pesquisa para “Simbiose Cultural”. Além do mais, não havia maiores razões para preocupação, pois a bolsa do aluno estava terminando e providências foram tomadas para garantir que não fosse prorrogada.⁵⁵

Esses casos são interessantes por mostrar a maneira elástica como o conceito de segurança nacional era manipulado pelas elites governantes. O regime militar havia incorporado o conceito de “democracia racial” como dogma, e preocupava-se em evitar que pesquisadores acadêmicos questionassem sua validade. O temor era que a denúncia da existência de racismo no Brasil servisse de estímulo à eclosão de conflitos sociais de natureza racial, colocando em xeque a ordem e segurança interna.

Censura

O último exemplo nos leva à discussão sobre a existência de censura nos *campi* exercida pelos homens do aparato de Segurança. Pode-se falar tanto de situações em que as iniciativas partiam das AESI, como no referido caso da pesquisa sobre temas raciais na USP, quanto de pressões censórias provenientes dos escalões superiores da Comunidade, a DSI/MEC ou o próprio SNI.

Os casos mais numerosos referem-se à proibição de eventos de natureza acadêmica e/ou cultural. Em todas as Universidades pesquisadas há casos do gênero, e sempre as ordens proibitivas partiam da própria administração universitária, reitores ou diretores de Unidades acadêmicas. Com frequência tais ações censórias eram provocadas por pressões vindas de “cima”, e nesses casos os dirigentes universitários estavam obedecendo a ordens. Mas há casos em que a iniciativa vinha da própria administração universitária, solidária com os propósitos do Estado autoritário.

Houve também cerceamento a publicações das entidades estudantis, mesmo daquelas consideradas legais, como os DAs e DCEs. No caso da UFMG, vários jornais e revistas estudantis foram apreendidos, seja por apresentarem teor considerado subversivo ou porque simplesmente pareciam ofensivas aos ocupantes do governo. A apreensão das publicações não era realizada pela AESI, que não tinha pessoal para isso nem vocação para ações diretamente repressivas. Geralmente esse papel era exercido pelo DOPS, que, naturalmente, não se contentava em apreender apenas as publicações... A polícia era acionada, muitas das vezes, por autoridades governamentais, mas em alguns casos a própria administração universitária provocou sua ação. A referência aqui é a jornais e revistas de maior tiragem, cujo recolhimento exigia maiores esforços e aparato de pessoal. Mas havia também casos de impressos mais corriqueiros, os cartazes afixados nas paredes das faculdades, que diretores zelosos ou temerosos em relação à vigilância superior tratavam de recolher por iniciativa própria, sem necessidade de recorrer à polícia.

Para compreender a censura exercida no interior das Universidades nesses anos é preciso considerar que muitas dessas ações não tinham amparo legal, salvo nos raros casos em que as publicações afrontassem a Lei de Segurança Nacional ou a Lei de Imprensa. Isso gerava situação delicada porque o regime militar brasileiro nunca se assumiu como ditadura, preferindo imaginar-se um Estado legítimo cujas ações se baseavam na Lei. Não cabe aprofundar essa discussão aqui, mas o problema não se resume à estratégia de montar uma fachada para consumo externo; estava em jogo também evitar ferir a sensibilidade liberal de setores pertencentes à base do regime militar. Como resultado, a censura nas Universidades existiu na prática, enquanto fingia-se haver liberdade de pensamento e pesquisa. Como foi mostrado, o Ministério da Educação emitia portarias e atos que implicavam cerceamento e controle do pensamento e do debate acadêmico, mas o fazia de modo secreto ou reservado, para que os rastros da ação censória ficassem encobertos.

Aspecto paradoxal dessa preocupação com a legalidade é que ela propiciou estratégia de resistência à comunidade universitária e mesmo a seus dirigentes. Algumas vezes, diretores ou reitores não atendiam às presenças dos órgãos de segurança, alegando que as ações repressivas propostas

não tinham amparo legal. Exemplo: em 7/12/72 a DSI mandou ofício à UFMG sugerindo que o jornal do Diretório Acadêmico do Instituto de Ciências Biológicas (DA/ICB) deveria ser censurado, e solicitava ainda os nomes dos responsáveis pela publicação. O diretor do ICB enviou os dados sobre os alunos, mas disse que no seu entendimento a legislação não permitia interferir na publicação.⁵⁶

A DSI/MEC não tinha poder formal para censurar publicações ou eventos, mas usou de pressões indiretas para alcançar esse intento. Aqui ocorreu algo parecido com a censura praticada sobre a imprensa, que tinha escasso fundamento legal, mas foi exercida assim mesmo, por meio de mecanismos informais, enquanto o Estado negava peremptoriamente a sua existência.⁵⁷ Na pesquisa foram localizados exemplos curiosos de como funcionavam as tentativas de realizar censura indireta. Em abril de 1971, a DSI/MEC enviou informe a todas as AESI contendo análise sobre as publicações de algumas editoras brasileiras. O texto acusa as editoras Herder, Vozes, Civilização Brasileira, Paz e Terra e Zahar de publicar obras marxistas e filo-comunistas, e apresenta uma extensa lista dos livros considerados inconvenientes.⁵⁸ Os oficiais da DSI evitam solicitar explicitamente a censura dos livros, exigência além de suas prerrogativas, mas o tom do texto sugere que algo deveria ser feito para impedir a circulação de obras tão perigosas para a juventude...

Em outro caso, há evidência de que as pressões da DSI surtiram efeito, ao menos parcial. Em maio de 1971,⁵⁹ a DSI/MEC enviou às Universidades cópia do parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo sobre o livro *História Militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré. Os membros da Comissão consideraram a obra inadequada para a juventude e defendiam sua proibição, devido às “bases marxistas do trabalho e à preocupação do autor em perturbar o exame crítico da esplêndida atuação das Forças Armadas Brasileiras no nosso processo democrático”. Em resposta o reitor da UFMG comunicou aos diretores que o livro deveria ser excluído das atividades das disciplinas Educação Moral e Cívica e Estudos de Problemas Brasileiros. Sua estratégia foi agradar parcialmente os órgãos de informação, porém, evitando compromisso total com a censura, pois a interdição referia-se apenas às duas disciplinas oficiais. Nas entrelinhas, o uso do livro em outros cursos ficava permitido. Significativamente, em

março de 1973 um grupo de professoras do Departamento de História escreveu à Reitoria perguntando se era verdade que os livros de Werneck Sodré estavam proibidos, segundo informavam fontes extra-oficiais. Em sua resposta o reitor negou a existência de tal proibição.⁶⁰

Anticomunismo

Combater o comunismo foi uma das principais motivações dos grupos que apoiaram o golpe de 31 de março, e essa era preocupação particularmente cara à corporação militar, dona de tradição anticomunista forjada desde os anos 1930 e fortalecida e renovada pelos ventos da Guerra Fria.⁶¹ Quando os militares falavam em segurança nacional a principal ameaça respondia pelo nome de comunismo, e parcela significativa das políticas adotadas pela ditadura foi influenciada pelo anticomunismo, não apenas no terreno da segurança. No plano cultural e educacional, os agentes do regime militar se empenharam em combater o mesmo inimigo, que imaginavam particularmente perigoso em sua capacidade de seduzir os jovens e intelectuais. Assim, não é de surpreender que na documentação e nas ações produzidas pelas AESI universitárias o anticomunismo seja elemento de destaque.

Nos expurgos iniciais essa foi a tônica, e alguns membros da comunidade universitária mostraram disposição para colaborar, às vezes mandando denúncias sobre comunistas infiltrados, outras pedindo rigor nas punições.⁶² Passado o clima inicial de “empolgação cívica”, os setores da comunidade universitária afinados com os objetivos do golpe se retraíram, mas o ânimo dos membros da comunidade de informações não arrefeceu. Eles continuaram enxergando o perigo comunista como algo grave, o que era facilitado pelo fato do adjetivo ser usado de maneira genérica, aplicado a todos os subversivos e às vezes a qualquer opositor do regime.⁶³ Armado desse ânimo combatente, o aparato de segurança e informações manteve pressão sobre os reitores para expurgar os subversivos,⁶⁴ e continuou inundando as AESI com material de análise sobre os “planos” do movimento comunista e, sobretudo, com material de propaganda de natureza anticomunista. De acordo com o material produzido pela “comunidade” era preciso manter-se em guarda, pois os comunistas seguiam co-

locando em ameaça a civilização cristã e o país. Em meio a esse copioso material, constituído por brochuras, panfletos, livros e cartazes mencionarei apenas dois exemplos, entre os mais significativos, que têm a singularidade de abordar a “infiltração” comunista nos meios estudantis.

O primeiro caso é um texto do coronel Rubens Resstel, publicado originalmente no jornal *O Estado de S. Paulo*. Sob o título “A infiltração comunista nos meios educacionais”, o texto de Resstel procura denunciar as estratégias usadas pelos subversivos para corromper a juventude brasileira. Corrupção é termo adequado para entender o ponto de vista do coronel, pois ele afirma que os comunistas lançam mão de meios imorais como drogas e garotas sedutoras para atrair jovens ingênuos para as hostes revolucionárias. De acordo com Resstel, os comunistas tinham mudado o eixo de suas ações: deixaram para segundo plano o operariado e passaram a concentrar-se nos meios estudantis, por entender que nesse segmento o proselitismo revolucionário encontraria terreno mais favorável. Além disso, eles procuravam concentrar seus recursos preferencialmente nas Faculdades de Filosofia, devido ao potencial disseminador dessas instituições, responsáveis por formar os futuros professores.⁶⁵

O segundo texto é particularmente interessante, pois foi produzido por um dos mais influentes dirigentes universitários do período, Zeferino Vaz. Ele integrava o grupo de intelectuais que apoiou o golpe de 1964 e, nessa condição, foi nomeado reitor da UnB e depois da Universidade de Campinas (Unicamp), instituição da qual foi praticamente o fundador. O próprio Vaz, então reitor da Unicamp, enviou o texto aos colegas reitores em janeiro de 1971.⁶⁶ Mas a DSI/MEC gostou tanto da colaboração que se encarregou de distribuir nova versão para os dirigentes universitários em julho de 1972, além de ter solicitado ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) que Zeferino Vaz fosse convidado a expor suas reflexões na reunião seguinte do órgão.⁶⁷

O texto tem como título “Contribuição ao conhecimento da Guerra Revolucionária” e usa de linguagem pretensamente científica para analisar aspecto inusitado do tema. Pode-se dizer tudo do trabalho, menos que falte originalidade a sua análise do tradicional trote dos estudantes, a famosa calourada. Ele diz, entre outras coisas, que os comunistas usavam técnicas pavlovianas para condicionar os estudantes, e isso “explica a

facilidade e a rapidez com que se mobilizam milhares de estudantes para passeatas de protesto”. De acordo com Vaz os dirigentes da Guerra Revolucionária se utilizavam do trote para recrutar novos militantes, além de arrecadar dinheiro para financiar a guerrilha. Eis a conclusão do “estudo”: “Verifica-se, pois, que o trote não é momento na vida universitária; transformou-se em um processo, calculadamente desenvolvido, com fins definidos, dentro do esquema global da ação subversiva.”⁶⁸

Para quem acreditava nela, a ameaça comunista era percebida não apenas como problema interno, mas um perigo particularmente agudo em vista de suas conexões internacionais. Por isso uma das obsessões dos agentes de informações era monitorar a influência soviética e dos outros países do bloco socialista nas universidades brasileiras. Desde 1971 as Universidades foram avisadas que o MEC estava atento às relações mantidas com “países de regime socialista totalitário”. Elas não poderiam autorizar o funcionamento de entidades de fomento de relações culturais, assinar convênios ou permitir a viagem de estudantes brasileiros para aqueles países sem permissão superior.

Seguindo a mesma linha de preocupações, em dezembro de 1974 a Segunda Seção (Informações) da Quarta Brigada de Infantaria do Exército solicitou à AESI informações sobre o Departamento de Física da UFMG. O setor de inteligência daquela Brigada queria saber por que era permitido aos candidatos à seleção do curso de pós-graduação em física optar pela língua russa no teste de idiomas, e pedia informações sobre professores e estudantes daquele departamento. Preocupava à Segunda Seção da Brigada a possibilidade de que a permissão para escolher a língua russa tivesse por “[...] objetivo facilitar o ingresso nos cursos de pós-graduação de elementos egressos da Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba – UAPPL, em Moscou – URSS”.

Os órgãos da comunidade de informações mantinham estrita vigilância sobre os passos dos estudantes egressos dos países socialistas, cujo estágio no exterior resultava de acordos firmados na vigência dos governos anteriores ao golpe de 1964. Além da vigilância sobre as pessoas capazes de dominar a língua russa, outra forma de controle era a revalidação de diplomas. A DSI/MEC e os órgãos a ela subordinados mantinham-se atentos ao processo de revalidação de diplomas, e para facilitar esse traba-

lho o Ministério da Educação emitiu Aviso Circular Reservado (n. 122, 26/2/1975) determinando que as Universidades deveriam enviar a Brasília os diplomas provenientes de países que não dispusessem de acordo cultural com o Brasil. Os termos do Aviso eram genéricos, mas na prática visavam às Universidades da Europa Oriental, haja vista o grande número de documentos referentes à Universidade Patrice Lumumba.⁶⁹

Considerações finais

Neste ponto da pesquisa podem ser oferecidas apenas conclusões provisórias, a serem amadurecidas com o desenvolvimento ulterior do trabalho. Vale a pena começar com um questionamento. Parte da própria Comunidade de Informações não via com bons olhos o pessoal que trabalhava nas DSIs e AESIs. Para alguns deles, quem atuava nas comunidades setoriais de informações dos Ministérios eram quadros de segunda categoria, espécie de restolho dos órgãos de informação mais importantes. Segundo tal opinião, as DSIs e AESIs seriam mais cabides de emprego que agências efetivas.⁷⁰ Por isso, a pergunta: as AESI eram eficazes, possuíam importância real? As DSI tinham mais força, claro, e algumas vezes cobraram e reclamaram dos reitores mais cooperação no trabalho de combate aos inimigos do Estado. As AESI, pelo menos na maioria dos casos (embora seja possível supor a existência de reitores fracos o suficiente para aceitar indicações/imposições para o quadro das suas AESI), eram subordinadas aos reitores.

Elas não protagonizaram ações espetaculares, tampouco puderam apresentar em sua folha corrida manifestações de poder decisivo em qualquer esfera. Mas, em sua ação cotidiana, miúda, elas ajudaram a retirar da vida acadêmica um de seus elementos mais preciosos, a liberdade. Durante cerca de 15 anos as AESI foram um dos parafusos da engrenagem de vigilância e repressão montada pelo regime militar. Contribuíram para criar nas Universidades ambiente de medo e insegurança, que certamente atrapalhou a produção e reprodução do conhecimento, sobretudo nas áreas do saber mais visadas, para não falar no empobrecimento do debate político. Não se deve incorrer no exagero de enxergar aí manifestação de totalitarismo, pois o volume de pessoas atingidas pela repressão não foi tão grande e, por outro lado, havia espaços que a vigilância não cobria, ou que a criatividade dos membros da comunidade universitária inventava.

No entanto, o ambiente vigente naqueles anos era de opressão, algo muito distante do clima reinante hoje nas Universidades brasileiras.

Há que ressaltar que houve diferenças na atuação das AESI, por influência da atitude das administrações e comunidades universitárias. O comportamento desses grupos frente ao regime militar variou ao longo do tempo e também por influência dos perfis distintos de seus ocupantes. Parte da comunidade, principalmente membros do corpo docente, apoiou francamente o golpe militar e colaborou com as demandas do Estado e dos serviços de segurança, notadamente nos primeiros anos de vigência do autoritarismo. Na outra ponta do espectro ideológico, alguns segmentos adotaram estratégias diretas (passeatas, luta armada etc.) e/ou indiretas de luta, como a organização de fóruns de discussão e o uso da estrutura dos DAs e DCEs para manifestar opiniões críticas, acionando diferentes subterfúgios na expectativa de driblar a censura. É interessante mencionar que em algumas universidades nota-se vivo contraste entre a atitude do corpo dirigente, afinado com as metas e preocupações de segurança do regime militar, e a rebeldia demonstrada pelos estudantes e alguns professores. A disposição militante de membros da comunidade universitária levou a denúncias sobre o funcionamento das AESI, que no caso da USP resultaram na constituição de uma CPI na Assembléia Legislativa de São Paulo e, na Universidade Federal do Ceará, a uma invasão estudantil às dependências da AESI local (1986).

Para terminar, um último ponto. Da parte da direção das Universidades houve tentativas de resistência? Essa não é discussão de interesse apenas acadêmico, posto que desde o fim da ditadura tornou-se onerosa qualquer associação com o regime militar e, por conseqüência, valorizada a atitude de resistência ao autoritarismo. Poucas das pessoas envolvidas na montagem e funcionamento das engrenagens do sistema autoritário têm a coragem de assumir suas atitudes, e o número de “resistentes” foi notavelmente inflacionado.

Falar-se em resistência nas administrações universitárias é, na verdade, inapropriado, pois como dirigentes de órgãos públicos reitores e diretores tinham pequena margem de manobra para fugir às determinações do Estado. Escolhidos pelo governo federal após a elaboração das listas sêxtuplas, de modo geral os reitores estavam de acordo com os projetos do re-

gime militar, e deve ser ressaltado que alguns dentre eles eram oficiais das Forças Armadas. Muitos dos reitores apoiavam as ações de repressão contra membros da comunidade universitária e mantinham contatos e cooperavam assiduamente com os órgãos de segurança.

Para os que não fossem entusiastas da ditadura não havia a hipótese de discordância pública ou desobediência explícita, pois eles seriam imediatamente punidos. No entanto, a pesquisa demonstrou que alguns reitores usaram estratégias indiretas visando a atenuar o impulso repressor do Estado, como protelar a implantação de certas determinações ou acionar barreiras burocráticas para atrasá-las ou torná-las ineficazes. Em alguns casos, usaram a própria ambigüidade do regime militar, que mascarava o autoritarismo com a manutenção de normas legais e discursos liberais. Agiam assim para evitar injustiças e para proteger quadros importantes de suas instituições, mas, em certas situações, determinados reitores atuaram de maneira moderada para evitar a pecha de “serviçais da ditadura”, com vistas a aplacar críticas internas e evitar problemas com os líderes estudantis.

Quanto às AESI, os reitores não podiam impedir a instalação dessas agências, mas puderam escolher entre uma colaboração irrestrita ou reticente. O próprio fato de alguns deles terem optado pela escolha de quadros internos para compor o pessoal das AESI é significativo. Era uma forma de evitar subordinação total à DSI/MEC, seja quando se queria reduzir o impacto da repressão sobre a universidade, seja quando se queria cooperar com o autoritarismo, mas preservando o poder do reitor.

Em suma, a análise do material pesquisado até o momento revela que o posicionamento das reitorias em relação ao regime militar variou entre três possibilidades: colaboração irrestrita, colaboração com limites e tentativa de minimizar os efeitos da repressão.

Notas

¹ É importante destacar que o impulso modernizante abraçado pelas elites dirigentes do regime militar foi influenciado pela teoria da modernização, que estava em voga nos anos 1960 entre cientistas sociais e políticos norte-americanos e formou o cerne da política dos EUA para a América Latina durante os anos de 1960. Simplificadamente, ela estabelecia que era necessário modernizar a região (desenvolvimento econômico, melhoria dos indicadores sociais e estabilidade política) para evitar que as propostas revolucionárias se tornassem a única alternativa para canalizar o descontentamento social. Cf. RABE, Stephen. *The most dangerous area in the World. John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America*. The University of North Carolina Press: Chapel Hill, 1999.

² Analisei esse processo abortado de reforma agrária dos militares no texto “Do outro lado da cerca: os conservadores e a reforma agrária” In: PAULA, Delsy G., GUIMARÃES, Juarez R. & STARLING, Heloísa M.G. (org.). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

³ Cf. CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

⁴ Este trabalho é parte de uma pesquisa mais abrangente e ainda em andamento, que tem como foco as políticas e o impacto do regime militar nas Universidades. Devo agradecer o apoio recebido do CNPq via concessão de bolsas (bolsas de Iniciação Científica para orientandos, bolsa de Produtividade em Pesquisa e bolsa de Pós-Doutorado no Exterior) e verbas indispensáveis à realização das pesquisas.

⁵ Agradeço o apoio da equipe do CEDOC/UnB, cuja gentileza facilitou bastante o trabalho, em especial a Maria Goretti Vulcão e Túllio Moraes. O trabalho com a documentação da Assessoria de Segurança e Informações (AESI) da UFMG envolveu a criação de instrumento de pesquisa eletrônico para facilitar a recuperação dos dados (a documentação já havia recebido tratamento inicial em projeto dirigido pela Professora Maria Efigênia Lage de Resende). Agradeço o empenho dos alunos Dênis Martins, Carlos Alberto Frankiw, Michele Braga e Clarissa Campomizzi. Também foi consultado o acervo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), custodiado pelo Arquivo Nacional, em que localizei algumas pastas contendo investigações sobre as Universidades e a comunidade universitária.

⁶ Sobre esse debate ver os textos de Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridenti na obra coletiva: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

⁷ Esse comentário é inspirado pela experiência que tive ao apresentar este trabalho pela primeira vez, no Congresso da BRASA (Brazilian Studies Association), realizado na Universidade de Vanderbilt (Tennessee, EUA), em outubro de 2006. No transcorrer dos debates um dos presentes questionou o autor, dizendo que após ouvir a apresentação ficava a sensação de não ter havido violência no regime militar brasileiro. Como se vê, lidar com temas de tal natureza é trabalho perigoso: quem se arrisca nestas plagas pode ser acusado tanto de esquerdismo, por estudar os mecanismos da repressão, quanto de complacência com o regime autoritário.

⁸ Destacamento de Operações Internas e Centro de Operações de Defesa Interna, criados a partir de 1970, sob inspiração da Operação Bandeirante (OBAN). Também foram ativos na repressão os serviços de informação das Forças Armadas: Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). Cf. FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁹ Por causa dessa origem, parece ter havido alguma indecisão ou disputa no que tange ao controle desses órgãos entre o SNI e o Conselho de Segurança Nacional (CSN). Qualquer ambigüidade existente foi resolvida a partir de 1970, quando um decreto estabeleceu o papel do SNI como superintendente e coordenador das DSI. A disputa entre SNI e CSN pelo controle das DSI foi resolvida, entretanto, permaneceu uma área de tensão, uma vez que as DSI funcionavam à base de duplo comando: elas eram subordinadas ao Ministro respectivo e, simultaneamente, deveriam ser coordenadas pelo SNI. Cf. FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 83-85.

¹⁰ Decreto n° 66.732, de 16 de junho de 1970.

¹¹ O uso indistinto das duas siglas chegou a ponto de algumas Universidades adotarem as duas fórmulas, como a USP, que primeiro chamou sua agência de AESI e depois renomeou-a ASI. Como o formato AESI foi o mais comum no âmbito das Universidades optei por usar essa sigla como designação geral.

¹² Portaria n.10 BSB, 13/1/71. No entanto, desde 1968 a DSI/MEC vinha solicitando aos reitores a nomeação de um “elemento de ligação” para facilitar a comunicação com as Universidades (Arquivo AESI/UFMG, Caixa 7, maço 16, 27/6/68). A medida também era justificada devido à preocupação com a gestão dos documentos sigilosos, pelo risco de que caíssem em mãos de inimigos do regime. Segundo o diretor da DSI, os órgãos de segurança prenderam um comunista infiltrado no MEC de posse de documentos sigilosos (Arquivo AESI/UFMG, Caixa 7, maço 22). Essa história de suposto vazamento de informações foi usada para pressionar os reitores a colaborarem na manutenção do segredo, e levarem a sério o decreto que normatizava a gestão de documentos sigilosos (Decreto n° 60.417).

¹³ Of. 004/AESI/USP/DSI/MEC, 20/10/72. Arquivo AESI/UFMG, Caixa 19, maço 18.

¹⁴ Arquivo AESI/UnB, SB5.2.1-04.

¹⁵ A pesquisa permitiu localizar documentos de outra AESI ligada a instituição estadual, a Universidade Estadual de Londrina (UEL). Não há indício da existência de órgãos semelhantes em instituições privadas.

¹⁶ Há outra possibilidade de interpretar os fatores motivadores na criação das AESI. A expansão do sistema ou comunidade de informações foi influenciada por uma lógica burocrática ou corporativa, pois o aumento do número de agências de informação significava maior número de postos a serem ocupados por quadros oriundos das Forças Armadas. Porém, essa hipótese fica enfraquecida em vista das informações disponíveis até o momento, apontando que nas Universidades o pessoal alocado nas AESI, em muitos casos, provinha do quadro de pessoal das próprias instituições superiores.

¹⁷ O documento é um ofício circular da DSI/MEC (nº 2/SI/DSIEC/71), de 25/1/71, assinado por seu diretor, o coronel Pedro Vercillo, que determina um prazo de 10 dias para o reitor nomear um responsável para a AESI. Arquivo AESI/UFMG, Caixa 16, maço 3.

¹⁸ Editado em 26 de fevereiro de 1969. Permitia, através de processo sumário, a expulsão de estudantes e a demissão de funcionários das universidades acusados de atos subversivos. A lei era tão draconiana que até a participação em passeatas não autorizadas poderia ser considerada ato passível de aplicação do decreto.

¹⁹ As AESI se restringiram a ações de informação e não funcionaram como aparato de segurança, salvo casos excepcionais, como o que ocorreu na USP em 1976. A AESI daquela Universidade ajudou a deter um suspeito dentro do *campus*, mas a documentação não deixa claro se os responsáveis foram os agentes de informação ou a polícia. O detido era um vendedor de artesanato de nacionalidade argentina, e o fato de ser estrangeiro contribuiu para aumentar as suspeitas (acreditava-se que era traficante de drogas). Informação nº 163/ASI/USP/76, 16/6/1976. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AE/SP), fundo DEOPS, OP 1403, DEOPS.

²⁰ Encontrei exemplo curioso (e algo derrisório) do uso do termo comunidade de informações por membro da AESI. No Natal de 1975, a AESI/FUM (Fundação Universidade do Maranhão) enviou votos de Feliz Natal e Ano Novo “a todos os companheiros da Comunidade de Informações e seus entes queridos”. Informação 0687/AESI/FUM/75, 23/12/75. Arquivo AESI/UnB, SB7.3.1-32. No jargão oficial, as agências de informação em funcionamento na área do Ministério da Educação compunham a Comunidade Setorial de Informações do MEC.

²¹ O último responsável pela AESI/USP seria um general reformado, de acordo com o Reitor que extinguiu o órgão: “Ex-reitor conta como extinguiu a Assessoria”. Revista ADUSP, nº 33, out. 2004, p. 38-39. Um dos ex-reitores da UFMG, em depoimento para livro organizado por Maria Efigênia Resende e Lucília Neves (Universidade Federal de Minas Gerais: Memória de Reitores. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998), afirma que algumas AESI eram chefiadas por militares.

²² RESENDE & NEVES, *op. cit.*

²³ Of. Circular 1269/SIPL/DSI/MEC/72, 30/05/72. Arquivo AESI/UFMG, Caixa 18, maço 16.

²⁴ Encaminhamento 2741/SIPL/DSI/MEC/72, 31/08/72. Arquivo AESI/UFMG, Caixa 19, maço 11.

²⁵ O curso A, para civis com diploma universitário e militares oficiais superiores com o curso de Estado-Maior; o B, para civis possuidores do 3º ano universitário e oficiais militares; e o C, para oficiais militares. Of. nº 0165, EsNI, 8/2/73. Arquivo AESI/UnB, SB 2.3.125.

²⁶ Eles deixaram nos arquivos do órgão algumas apostilas usadas na EsNI. No caso da UFMG não foram encontradas evidências de que o chefe da AESI tenha feito cursos de informação, mas ao menos uma vez ele foi enviado a Brasília para receber treinamento na própria DSI/MEC (entre 7 e 12/5/73, logo após ter sido nomeado para a função). Arquivo AESI/UFMG, Caixa 22, maço 5.

²⁷ No jargão da “comunidade” informe e informação possuíam significados distintos. No primeiro caso tratava-se de material primário, baseado em dados coletados em estado bruto e ainda sem análise. A informação seria resultado do processamento analítico dos informes e, supostamente, teria conteúdo mais denso e útil para substanciar a tomada de decisões.

²⁸ Essa interceptação contou com ajuda de DAs locais. Arquivo AESI/UFMG, Caixa 25, maço 1; Caixa 24, maços 8 e 10.

²⁹ Na UnB a Reitoria contava com um Serviço de Proteção ao Patrimônio (SPP), que foi responsável pela vigilância sobre o movimento estudantil e produziu esses relatos e fotografias. O SPP foi usado para vigiar os estudantes sob o disfarce de órgão cuja função seria proteger o patrimônio da Universidade. Os relatórios do SPP eram enviados à AESI e daí chegavam à Reitoria.

³⁰ Entre 1969 e 1973, por exemplo, a Reitoria excluiu da UnB 28 alunos com base no Decreto nº 477 (Arquivo AESI/UnB, SB9.6.1-02). Além do Decreto nº 477, as Universidades usaram outros instrumentos para expurgar alunos considerados indesejáveis, como os regimentos disciplinares internos. Outra forma era indeferir pedidos de transferência.

³¹ No momento estava em funcionamento uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso e seus membros pediram esclarecimentos sobre o evento ao reitor. A pressão dos parlamentares deu mais publicidade ao caso, mas não foi suficiente para evitar que caísse no esquecimento. Arquivo AESI/UnB, SB8.3.1-23.

³² O relatório informa sobre reuniões realizadas pelo Conselho de Centros Acadêmicos da USP para tentar organizar campanha contra o ensino pago, e apresenta detalhes das discussões realizadas pelos líderes estudantis. Informação nº 10/AESI/USP/DSI/MEC/72, 26/11/1972. AE/SP, fundo DEOPS, OP 1226.

³³ Encaminhamento 2889/SSCI/DSI/MEC/74, 10/7/74, Arquivo AESI/UnB, SB2.5.1-56.

³⁴ O panfleto traz como epígrafe um excerto de Dostoiévski: “Quando um homem perde qualquer objetivo e qualquer esperança, não é raro que, por tédio, se transforme num monstro.” Arquivo AESI/UFMG, Caixa 23, maço 6.

³⁵ Arquivo AESI/UFMG, Caixa 19, maço 16.

³⁶ O fato de existirem várias cópias dos textos do CACA e do MARINA nos arquivos da AESI/UFMG sugere a possibilidade de não terem sido efetivamente distribuídos.

³⁷ Em setembro de 1972, por sugestão do SNI, a UnB “desconvidou” uma professora da UFC que participaria de evento em Brasília alusivo ao 7 de setembro. Informe Interno 4.9.72, AAE/UnB. Arquivo AESI/UnB, SB10.4.1-08.

³⁸ AESI/UFMG, caixa 18, maço 2.

³⁹ AESI/UFMG, caixa 18, maço 21.

⁴⁰ Aviso Reservado nº 528 BSB. Arquivo AESI/UFMG, caixa 21, maço 10, 30/4/1973. Mas há indicações de que esse procedimento já existia anteriormente a essa data. Na pesquisa foram localizados dois professores cujo afastamento do país foi proibido por motivos ideológicos.

⁴¹ Mas os funcionários também estavam na mira da vigilância. Em outubro de 1969, por exemplo, a UnB solicitou ao SNI que verificasse os nomes dos candidatos ao concurso para vigilante da Universidade. Arquivo AESI/UnB, SB3.1.3-05.

⁴² Ofício da DSI/MEC de 19/10/71, caixa 17, maço 18, Arquivo AESI/UFMG. Essa ordem foi reiterada alguns meses depois, em abril de 1972 (Arquivo AESI/UFMG, Caixa 18, maço 16).

⁴³ Informação nº 179/AESI/USP/74, 8/8/1974. AE/SP, fundo DEOPS, OP 1404.

⁴⁴ Ofício 323 DSI/SI/MEC/69, 14/3/1969. Arquivo AESI/UnB, SB2.5.1-03. O prof. Aventino Agostini trabalhava na Universidade Federal de Santa Maria até fins de 1968, quando foi contratado pela UnB. Informe do CIE de outubro de 1968 o classificou como esquerdista e crítico do governo, daí a pressão da DSI/MEC para que fosse demitido. Esse não foi o único caso em que o reitor Caio Benjamin Dias resistiu à pressão para demitir docentes. Ele respondia à DSI/MEC, que mantinha os professores suspeitos sob observação, mas como não vinham comentando atos suspeitos ou subversivos não via razões para demitir.

⁴⁵ Informação nº 3737/SIED/DSI/MEC/72, 4/12/1972. Arquivo AESI/UFMG, caixa 18, maço 26.

⁴⁶ 15/12/1972, Arquivo AESI/UFMG, caixa 18, maço 26.

⁴⁷ Como Mário Schemberg e José Sérgio Leite Lopes. Em 1972, a DSI do Ministério das Minas e Energia produziu informações e planos de ação para liquidar a influência remanescente da esquerda na comunidade dos físicos. Acreditava-se que ainda havia quadros de esquerda no CNPq e no Centro Latino-Americano de Física (CLAF), e urgia afastá-los. Arquivo DSI/MJ, Caixa 590/05256, 000079/72.

⁴⁸ Exemplo: em 7/8/1980 o Diretor da DSI/MEC pediu às Universidades informações sobre pesquisas de novas fontes energéticas, por solicitação de escalões superiores. Arquivo AESI/UnB, SB2.5.1-61.

⁴⁹ Por exemplo, para tais grupos, o reconhecimento diplomático da China comunista foi um ato intolerável. Para um quadro da opinião da direita radical sobre Geisel ver as recém-publicadas memórias do general Sylvio Frota (*Ideais Traídos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006).

⁵⁰ AESI/USP, 13/11/1975. AE/SP, fundo DEOPS, OP1403.

⁵¹ A denúncia foi feita pela DSI do Ministério das Relações Exteriores em outubro de 1975, que disseminou a informação entre os órgãos da comunidade. A Embaixada brasileira em Montevideú ia negar-lhes visto, mas alertava que eles poderiam entrar no país munidos apenas de seus documentos de identidade, de modo que as autoridades paulistas deveriam manter-se alertas. AE/SP, fundo DEOPS, OP 1403.

⁵² Touraine é descrito em documento da AESI/USP como “um dos maiores ideólogos do movimento marxista internacional nos meios intelectuais”. Informação 510/AESI/USP/75, 27 de agosto de 1975. AE/SP, fundo DEOPS, OP 1403.

⁵³ O professor vigiado e considerado inconveniente pela AESI/USP era Eduardo Oliveira e Oliveira. O que colaborou com os serviços de informação manteve-se anônimo,

e solicitou ao pessoal da AESI cuidado para evitar sua identificação. Encaminhamento 132/ASI/USP/77, 26/4/1977. AE/SP, fundo DEOPS, 50K104-3113.

⁵⁴ Aviso SG, no 2117, 8/3/1977, Ministro da Justiça Armando Falcão. AE/SP, fundo DEOPS, 50K104-3117.

⁵⁵ Vale mencionar que o DEOPS/SP também se envolveu no caso. Em 22/4/77 um Delegado da Divisão de Informações do DEOPS mandou ofício ao Ministério da Justiça explicando que o caso estava resolvido. E recomendava que as informações fossem remetidas às autoridades solicitantes para “evitar possíveis repercussões negativas, dentro e fora do país, que possa (sic) advir de uma ação proibitiva mais direta”. AE/SP, fundo DEOPS, 50K104-3120.

⁵⁶ Arquivo AESI/UFGM, Caixa 19, maço 27.

⁵⁷ Sobre a censura à imprensa ver SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

⁵⁸ Arquivo AESI/UFGM, Caixa 17, maço 1.

⁵⁹ Arquivo AESI/UnB, SB3.3.2-04.

⁶⁰ Arquivo AESI/UFGM, Caixa 20, maço 19. É interessante mencionar que *História Militar do Brasil* acabou sendo proibido formalmente em fevereiro de 1976. Era a sétima obra numa lista de 205 livros de conteúdo “pornográfico ou subversivo” interditados por determinação da Polícia Federal e do Ministério da Justiça. Arquivo AESI/UnB, SB5.2.1-32.

⁶¹ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

⁶² Ainda em abril de 1964, o ministro da Educação do novo governo determinou que as Universidades deveriam estabelecer comissões de sindicância para apurar “crimes contra o Estado” e “atos atentatórios à segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública”. Não existe levantamento preciso dos resultados desses expurgos, mas sabe-se que a severidade variou dependendo do lugar (provavelmente o maior expurgo se deu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que demitiu 17 docentes. Cf. *Universidade e Repressão: os expurgos na UFRGS*, 1979). Porém, deve ser considerado que paralelamente às sindicâncias nas Universidades ocorriam prisões e processos judiciais. Se na Universidade Federal de Minas Gerais ninguém foi punido não foi por falta de denúncias. Em 30/4/1964 um grupo de professores da Faculdade de Medicina enviou denúncia sobre estudantes estrangeiros comunistas (Arquivo AESI/UFGM, Caixa 1, maço 10), e no início do ano seguinte outra denúncia chegou à Reitoria, dessa vez anônima, sobre a presença de professores comunistas na Escola de Engenharia (Arquivo AESI/UFGM, Caixa 3, maço 2).

⁶³ Vale lembrar, no entanto, que um arguto observador contemporâneo do clima reinante nos meios culturais e acadêmicos afirmou, em 1969, que a influência do marxismo e das idéias de esquerda era grande entre os jovens intelectualizados (SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política, 1964-1969*. In: *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 7-58). Se Schwarz estava correto em sua análise, os militares tinham razão em sua ansiedade com a influência das idéias de esquerda nas Universidades.

⁶⁴ Às vezes até ser filho de comunista era proibido. Em 15/2/78, a DSI/MEC informou à UnB que o líder estudantil e aluno da UFPR Paulo Bracarense Costa havia pedido transferência para aquela Universidade. Na ficha de qualificação do aluno constavam apenas os nomes e datas de nascimento dos pais, porém, incluíram um registro que deve ter selado o destino do pedido de transferência: o pai foi qualificado como comunista. Em sua resposta a AESI comunicou que a transferência foi indeferida. Arquivo AESI/UnB, SB10.1.1-07.

⁶⁵ Arquivo AESI/UnB, SB2.5.1-46. O texto foi enviado pela DSI/MEC às Universidades em 27/11/1970, data de aniversário da Intentona de 1935 (e publicado originalmente n' *O Estado de S. Paulo* em 19/11/70).

⁶⁶ Arquivo AESI/UFGM, Caixa 16, maço s/n, 20/01/1971.

⁶⁷ Arquivo AESI/UFGM, Caixa 18, maço 13, 13/07/72.

⁶⁸ Infelizmente não é possível aprofundar aqui a discussão sobre a atuação de Zeferino Vaz, que foi um personagem curioso. Ao mesmo tempo em que afirmava seu empenho anticomunista aceitou a colaboração de professores esquerdistas na Unicamp. Segundo o que disse em depoimento a pesquisadores do CPDOC/FGV, ele tolerava os professores comunistas desde que fossem competentes em sua área e se abstivessem de fazer política na Universidade.

⁶⁹ Essa instituição era dirigida especificamente aos estudantes provenientes dos países do Terceiro Mundo.

⁷⁰ Cf. FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio. A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Referências bibliográficas

APARECIDA, GERALDA DIAS. Os olhos e os ouvidos da repressão na Universidade de Brasília. *Quadrilátero: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal*. Brasília, v.1, n.1, p.13-26, 1998.

CLEMENTE, JOSÉ EDUARDO FERRAZ. Ciência e política durante o regime militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964-1979). Salvador, 2005. Dissertação de Mestrado, Instituto de Física, UFBA.

CUNHA, LUIZ ANTONIO. Ensino superior e Universidade no Brasil. In: *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.151-204.

_____. *A Universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DURHAM, EUNICE. *O livro negro da USP. O controle ideológico na Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1978.

FICO, CARLOS. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio. A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- LAGOA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MATHIAS, Suseley K. *A militarização da burocracia*. São Paulo: Unesp, 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- _____. *Anticomunismo militar. Anais do seminário 1964-1984, quarenta anos do golpe*. Rio de Janeiro, 2004, 7Letras/Faperj, p.290-305.
- _____. Do outro lado da cerca: os conservadores e a reforma agrária. In: PAULA, Delsy G.; GUIMARÃES, Juarez R.; STARLING, Heloísa M.G. (org.). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- RABE, Stephen. *The most dangerous area in the World. John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America*. The University of North Carolina Press: Chapel Hill, 1999.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucília de Almeida (org.). *Universidade Federal de Minas Gerais: Memória de Reitores*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.
- SALMERON, Roberto. *A universidade interrompida – Brasília 1964-1965*. Brasília: Editora UnB, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p.7-58.
- SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- UFMG – RESISTÊNCIA E PROTESTO. Belo Horizonte: Veja, 1979. *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre: L&PM/ADUFRGS, 1979.

RESUMO

O artigo analisa um dos aspectos da ação repressiva do regime militar brasileiro nas Universidades, o funcionamento das Assessorias Especiais de Segurança e Informações – AESI. Com base em documentação inédita o texto coloca em foco a ação de tais agências, que funcionaram como braço avançado da comunidade de informações nos campi. As AESI exerceram tarefas de vigilância, censura, contrapropaganda e triagem ideológica dos membros da comunidade universitária, o que implicou, às vezes, a demissão de professores e a expulsão de estudantes.

Palavras-chave: serviços de informação; universidades; regime militar.

ABSTRACT

The article analyzes the operation of the Security and Information Special Accessories (AESI), agencies created by the Brazilian military regime in the Universities to perform repressive duties. Based on original documents the text highlights the functioning of these agencies that through censorship and repressive actions built an environment of fear and insecurity in the Brazilian Universities.

Keywords: information agencies; universities; military regime.

Recebido em julho de 2007 e aprovado em outubro de 2007